anuário antropológico
v. 46 • n. 1 • janeiro-abril • 2021.1

CONFERÊNCIA

anuário antropológico
v. 46 • n. 1 • janeiro-abril • 2021.1

Ensinando Gênero na Universidade[1]

Teaching Gender in Higher Education

DOI: https://doi.org/10.4000/aa.7643

Andrea Moraes Alves • Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil

ORCID: 0000-0002-4291-6960

a.alves@ess.ufrj.br

Professora do Departamento de Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutora em antropologia pelo Museu Nacional (UFRJ), pesquisadora do Grupo de Estudos sobre a Família Contemporânea (GREFAC).

O ensino de gênero em cursos universitários tem uma história relativamente recente no Brasil. A apresentação e a discussão de conceitos e resultados de pesquisas sobre gênero e seus atravessamentos aos estudantes no ensino superior são uma necessidade para a formação em diversas áreas do conhecimento. As investigações sobre gênero nos permitem compreender a estruturação da vida social, a formação de hierarquias e de desigualdades sociais, nos auxiliam a intervir sobre essas desigualdades e fomentam o debate sobre a democracia nas sociedades moderno-contemporâneas. O texto reflete, a partir de uma experiência docente em universidade pública, os caminhos percorridos no debate de gênero nas duas últimas décadas. As reflexões trazidas se referem ao lugar de uma professora de antropologia ministrando uma disciplina sobre relações de gênero no Brasil para graduandas em serviço social. Além das adaptações necessárias para fazer chegar o conhecimento antropológico em áreas afins, há ainda a exigência de mergulhar nas formas como o próprio campo do serviço social brasileiro enxerga gênero e, a partir daí construir pontes de comunicação com as contribuições da antropologia sobre o assunto, alargando os horizontes desse mesmo debate. O texto é um convite para exercitarmos a expansão das fronteiras da antropologia ao estabelecer um diálogo entre aquilo que fazemos e o que fazem as outras áreas do conhecimento.

Gênero. Ensino superior. Antropologia. Serviço Social.

Gender teaching in university courses has a relatively recent history in Brazil. The presentation and discussion of concepts and results of research on gender and its crossings to students in higher education are a necessity for training in several areas of knowledge. Gender investigations allow us to understand the structuring of social life, the formation of hierarchies and social inequalities, help us to intervene in these inequalities, and foster the debate on democracy in modern contemporary societies. The text reflects, from a teaching experience in a public university, the paths taken in the gender debate in the last two decades. The reflections brought up here refer to the place of a professor of anthropology teaching a discipline on gender relations in Brazil for undergraduates in social work. In addition to the necessary adaptations to bring anthropological knowledge into related areas, there is also a requirement to delve into the ways in which the field of Brazilian social service sees gender and, from there, build bridges of communication with anthropological contributions on the subject broadening the horizons of that same debate. The text is an invitation to exercise the expansion of the frontiers of anthropology by establishing a dialogue between what we do and what other areas of knowledge do.

Gender. Higher education. Anthropology. Social Work.

Introdução

O objetivo desta apresentação é refletir sobre a disseminação do conceito de gênero no ensino superior a partir de minha inserção como docente em universidade pública. Sou professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma das instituições federais de ensino mais antigas e prestigiosas do Brasil. Entrei para a carreira docente no ano de 1995 e, em 2005, passei a ministrar a disciplina obrigatória "Questão de Gênero no Brasil", do curso de graduação em Serviço Social. A disciplina é obrigatória no currículo básico do curso da UFRJ desde o final dos anos 1990. Permaneci como docente dessa disciplina até o primeiro semestre de 2019. Portanto são quase 15 anos em sala de aula, acompanhando os debates teóricos sobre o gênero e tentando traduzi-los para iniciantes na discussão.

A ementa da disciplina "Questão de Gênero no Brasil" estabelece que o conteúdo possibilite à futura assistente social[2] um contato preliminar com o conceito de gênero e com as políticas públicas que atravessam as relações de gênero no Brasil. Sendo assim, organizo os programas sempre atenta às mudanças de ênfase na bibliografia sobre o tema e articulo com as políticas públicas que, de alguma maneira, consideram gênero como um marcador essencial. Dos anos 1990 até recentemente, a chamada transversalidade de gênero esteve presente no desenho das políticas públicas brasileiras, o que redundou em um leque bastante variado de políticas a serem tratadas na disciplina, como as políticas de saúde reprodutiva e de enfrentamento à violência contra a mulher.

Ao longo desses 15 anos de trabalho com o tema e com a disciplina, percebi alterações em ambas que gostaria de apresentar nesta conferência e construí uma maneira de fazer dialogar a abordagem de gênero a partir da antropologia com o interesse da formação em Serviço Social. As mudanças do tema e da disciplina acompanham o estado da arte da discussão sobre gênero na Academia e o cenário político mais amplo, atravessado pelas mobilizações feministas que ocorrem no Brasil e no mundo. Foi, sobretudo, a partir de 2013, que percebi mais nitidamente o impacto da nova e crescente visibilidade dos movimentos feministas sobre o interesse das alunas no curso[3]. Cada vez mais, a atenção das estudantes de graduação pelas aulas aumenta, e elas trazem para a sala de aula suas inquietações e dúvidas a respeito do feminismo e da desigualdade de gênero. Um desafio que percorre a disciplina é o de distinguir entre as abordagens teóricas de gênero e o feminismo como um movimento político moderno e plural. A tensão entre essas duas direções atravessa a construção do curso. As alunas, em sua ampla maioria, se encantam mais com os debates feministas do que propriamente com a teorização sobre gênero. Embora seja muito difícil separar totalmente essas esferas, é importante guardar alguma distância analítica, pois os objetivos finais do feminismo nem sempre coincidem com a amplitude das abordagens teóricas sobre o conceito de gênero e com a necessária abstração que qualquer teoria carrega. De um lado, há o interesse das alunas sobre a permanente subordinação das mulheres pelos homens, tema inexorável das teorias feministas[4]. De outro lado, existe uma extensa tradição de pesquisas sobre as assimetrias de poder entre os

1 Conferência proferida em 4 de setembro de 2020 para promoção a professora titular da Escola de Serviço Social da UFRJ. Gostaria de registrar meus agradecimentos à banca composta por Myriam Lins de Barros, Clarice E. Peixoto, Guita G. Debert, Claudia Rezende e Fátima Cechetto.

2 Utlizarei a palavra assistente social sempre no feminino. Como a maior parte da categoria profissional é composta por mulheres, sua entidade representativa – CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) – estabelece que nos documentos oficiais seja sempre usado o gênero feminino para se referir ao grupo. Acompanho essa escolha neste texto.

3 Outro momento de inflexão foi o ano de 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência do Brasil. Um movimento público de forte resistência das mulheres a Jair Bolsonaro, conhecido como "Ele não", evidenciou que a agenda feminista poderia se tornar alvo fácil dos ataques de movimentos conservadores, canalizando a disputa para um embate entre as mulheres, de um lado, e as forças morais conservadoras, de outro.

4 A influência das redes sociais também deve ser considerada. São vários os textos que circulam nas redes sobre os ativismos feministas contemporâneos, e neles a busca por causas determinantes da exploração das mulheres pelos homens aparece com frequência. Em sala de aula, é necessário lidar com os conhecimentos que as alunas trazem de suas vidas cotidianas e do material que leem na internet.

gêneros que engloba questões mais amplas do que o debate da subordinação do feminino pelo masculino. A disciplina "Questão de gênero no Brasil" navega entre essas duas tendências.

Gênero e o retorno do patriarcado

No início dos anos 2000, quando comecei a ministrar a disciplina "Questão de Gênero no Brasil", um texto obrigatório de leitura e que organizava o curso era o de Joan Scott – Gênero: uma categoria útil de análise histórica [1989][5]. Esse artigo de Joan Scott foi traduzido e publicado em português na década de 1990, sendo recepcionado no Brasil como uma referência fundamental para a compreensão do conceito de gênero. Scott argumenta que gênero é uma categoria em disputa, atravessada por relações de poder que não se restringem à dicotomia masculino/feminino. Para entender as relações de gênero, é preciso, de acordo com Scott, prestar atenção aos contextos nos quais as categorias de gênero tomam parte e suas articulações com outras formas de poder, como classe, por exemplo. Como historiadora, Scott aponta para a dimensão contextual das categorias de gênero e para a necessidade de superar, segundo ela, o uso inadequado do conceito de patriarcado. Na avaliação de Scott, e de várias outras teóricas relevantes que a antecederam, como as antropólogas Sherry Ortner e Michelle Rosaldo, ao ser usado de maneira a-histórica e universalista, o conceito de patriarcado teria perdido seu valor heurístico. Seria muito mais descritivo do que analítico e, ao descrever, homogeneizaria as mulheres e os homens, colocando as primeiras sempre em condição subalternizada, perdendo assim a dimensão de agência das mulheres. Outra consequência disso seria tratar a compreensão das masculinidades como um assunto de menor importância dentro dos chamados estudos de gênero, situação que só será revertida a partir dos anos 2000.

O debate sobre a diferenciação entre gênero e patriarcado encontrou eco na literatura especializada dos anos 1990 no Brasil. Tratava-se naquele contexto de, simultaneamente, lidar com a tradição de estudos sobre patriarcado, oriunda dos anos 1960/70 com as inovações teóricas fomentadas pela literatura sobre gênero que avançou e se diversificou entre os anos 1980/90. Esse debate apareceu, por exemplo, na crítica que Heleieth Saffioti fez a Scott. Saffioti alerta para o risco de se jogar fora o conceito de patriarcado em seu livro *Gênero, Patriarcado e Violência* [2004]. Esse debate integra a disciplina "Questão de gênero no Brasil", tomando Heleieth Saffioti como referência. Essa autora tem muita relevância na produção acadêmica do serviço social brasileiro. Seu livro *A mulher na sociedade de classes*, cuja primeira edição é de 1969, sempre foi uma referência de destaque nos estudos sobre mulheres e feminismos no Serviço Social. Segundo Saffioti, o rendimento analítico do conceito de patriarcado é constatado nas análises sobre violência contra a mulher. Para Saffioti, a dinâmica agressor/agredida não pode ser entendida sem a dimensão patriarcal como instância que circunscreve um lugar feminino de subordinação. Sem essa dimensão propriamente ideológica do patriarcado

5 Esse texto foi posteriormente substituído por outro, mais atual, da mesma autora na bibliografia da disciplina: Os usos e abusos do gênero (2012).

(ideológica no sentido marxista da expressão), a persistência da violência contra a mulher como um fenômeno social não é plenamente compreendida. Sendo assim, apesar de concordar com a pertinência do conceito de gênero tal qual formulado por Joan Scott, Saffioti acha pouco produtivo que se decrete o fim do uso do conceito de patriarcado, sob pena de perdermos de vista a dinâmica de subordinação feminina, elemento crucial, segundo sua análise, da contínua produção das desigualdades de gênero.

> A recusa da utilização do conceito de patriarcado permite que este esquema de exploração-dominação grasse e encontre formas e meios mais insidiosos de se expressar. Enfim, ganha terreno e se torna invisível. Mais do que isto: é veementemente negado, levando a atenção de seus participantes para outras direções. Cumpre, pois, um desserviço a ambas as categorias de sexo, mas, seguramente, mais ainda à das mulheres (Saffioti, p. 122-123, 2011).

Atualmente, o conceito de patriarcado parece ter voltado a recobrar sua força, ressurgindo não só no plano do movimento feminista como também em análises acadêmicas, sobretudo no campo das chamadas abordagens materialistas, muito presentes na literatura acadêmica do serviço social. Esse ressurgimento do conceito de patriarcado, no entanto, está acompanhado por um cuidado permanente com: 1) historicizá-lo, contextualizá-lo e 2) jamais tomá-lo como fator isolado ou preponderante, mas sempre articulado com racismo e capitalismo. Esse retorno ao conceito parece ter absorvido as críticas sobre sua a-historicidade feitas anteriormente. Patriarcado como uma categoria analítica renasce em trabalhos da abordagem materialista, sejam eles de cunho explicitamente marxista, como as leituras de Cinzia Arruzza e Silvia Federici; sejam eles mais próximos da sociologia do trabalho, como as teóricas das relações sociais de sexo, Helena Hirata e Daniele Kergoat. Devemos ressaltar que essa sociologia de extração francesa jamais deixou de produzir suas reflexões em torno das relações entre patriarcado e capitalismo e, recentemente, veem seu interesse renovado pelas pesquisas que tratam dos trabalhos de cuidado em contextos de feminização da migração transnacional. O conceito de relações sociais de sexo como relações contraditórias que separam e hierarquizam o trabalho reprodutivo/doméstico (feminino) e o trabalho produtivo/público (masculino) sempre esteve presente no campo do serviço social brasileiro devido à sua forte relação com os debates marxistas sobre divisão do trabalho[6]. Portanto, essas autoras fazem parte das leituras obrigatórias do curso "Questão de gênero no Brasil". É importante frisar que, nessas leituras, patriarcado aparece como um processo que deve ser explicado em contextos específicos e não como um descritor da realidade das mulheres em geral. Além disso, é o compromisso do conceito de patriarcado com a noção de contradição dialética entre masculino e feminino que o torna central para as teóricas materialistas em geral.

Uma importante contribuição que reativou o uso do conceito de patriarcado na literatura data também do ano de 1990: é o trabalho de Sylvia Walby, *Theorizing patriarchy*. Nesse livro, a autora propõe uma divisão entre graus e formas do

6 A consubstancialidade entre gênero, raça e classe é a forma como as teóricas das relações sociais de sexo pesquisam a questão da dominação-exploração das mulheres (Kergoat, 2018).

patriarcado. Embora os graus possam ser variados, o núcleo da análise reside na forma e sua mudança. Walby argumenta que para compreender o patriarcado na sociedade britânica contemporânea é necessário entender a transição do patriarcado privado ao público. Embora o primeiro não tenha desaparecido na realidade inglesa, deixou de ser a forma central da dominação e expropriação das mulheres. Do ponto de vista da mudança na forma, é também fundamental, segundo ela, compreender o patriarcado como um sistema que articula seis estruturas: "a produção doméstica, as relações patriarcais no trabalho pago, as relações patriarcais no Estado, as relações patriarcais expressas na violência masculina, relações patriarcais na sexualidade, as relações patriarcais nas instituições culturais" (Walby, 1990, p. 20). Em sua forma pública, tomando como base a realidade da Inglaterra, seriam as estruturas do mercado de trabalho e do Estado aquelas que respondem pela lógica de expropriação das mulheres no final do século XX e, portanto, pela atualização do patriarcado. Embora a autora pense em cada estrutura como relativamente autônoma uma da outra, analiticamente é importante considerar os atravessamentos entre elas. A autora recorre às teóricas do feminismo marxista e do feminismo radical para defender a atualidade do conceito de patriarcado. É uma visão sociológica do patriarcado e nos ajuda a refletir sobre mudanças sociais mais amplas, ao mesmo tempo em que preserva o olhar sobre a dominação das mulheres a partir da mobilização de conceitos como exploração e expropriação, tão caros à tradição de estudos comprometida com a perspectiva feminista.

O termo patriarcado também ressurge acoplado à discussão sobre racismo. Esse movimento em direção a uma leitura cruzada entre sistemas de subordinação deveu-se, em grande parte, à mobilização do movimento feminista negro, outro ator relevante desde os anos 1980 no Brasil e que ganha nova expressão recentemente[7]. O debate em torno das articulações entre racismo e patriarcado pode ser visto nos textos de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez e, recentemente, na publicação de jovens feministas negras. As reflexões sobre as relações entre gênero e raça são outro elemento que adentraram na disciplina "Questão de gênero no Brasil", incorporando, sobretudo, autoras negras como leitura obrigatória do curso. Na literatura feminista negra clássica no Brasil, os debates colocavam explicitamente os obstáculos para traduzir a existência das mulheres negras nos marcos de uma visão patriarcal onde elas não encontravam lugar. As mulheres negras não se constituem como mulheres na ótica do patriarcado como sistema universal de dominação feminina. Autoras como Lélia Gonzalez, por exemplo, conseguiram mostrar esse fosso que tornava as negras marginais ao sistema de constituição do feminino (universal); sistema esse dominado pela lógica patriarcal. Desse modo,

> (...) o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama (...). [A mulher negra] deve ser ocultada, recalcada, tirada de cena. Mas, isso não significa que não esteja presente, com sua malemolência perturbadora. E o momento privilegiado em que sua presença se torna manifesta é justamente o da exaltação mítica da mulata neste entre parênteses que é o Carnaval. Quanto à doméstica, ela nada mais é do que

7 A articulação política entre mulheres negras é algo muito anterior ao denominado "feminismo negro". No entanto o aparecimento de teóricas feministas negras legitimadas pela Academia é um fenômeno recente. Algo que marcou o processo de legitimação das mulheres negras no campo do pensamento e da ação política foi a emergência da vereadora Marielle Franco como um fenômeno eleitoral no Rio de Janeiro e seu posterior assassinato. Sua morte lançou-a como símbolo do lugar estratégico das mulheres negras nas lutas sociais contemporâneas.

> a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua própria família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano (Gonzalez, 2019, p. 244).

Para Gonzalez, a mulata e a doméstica são as duas figuras ambivalentes da feminilidade negra. Duas figuras simultaneamente dominadas e ameaçadoras que vivem nas franjas do modelo patriarcal, marcando as fronteiras do feminino. A sofisticação da análise de Lélia Gonzalez permite ultrapassar visões dicotômicas da subordinação e mostrar o quão paradoxais são as representações hegemônicas da mulher negra, duplamente dominada e subversiva, vilipendiada e desejada. A retomada do interesse por autoras como Lélia Gonzalez é um evidente sinal da relevância do debate racial para a teoria de gênero contemporânea, para além de sua óbvia importância para o movimento político das mulheres. Embora as traduções para o português dos textos de Audre Lorde, Angela Davis e outras feministas negras norte-americanas, contemporâneas de Lelia Gonzalez, sejam muito importantes, creio que Gonzalez é uma referência mais do que fundamental porque dialoga diretamente com a realidade brasileira.

Entre as jovens feministas negras brasileiras[8], a categoria experiência (ou "lugar de fala") e a chamada abordagem interseccional, inspiradas diretamente pelo feminismo negro norte-americano e pelos estudos culturais, surgem como os elementos de destaque. Os aspectos propriamente relacionais e contextuais das interações entre brancos e negros atravessados pelas desigualdades de gênero e de classe social dão o tom dessa abordagem. É também entre as autoras do feminismo negro que a dimensão da materialidade do corpo ganha relevância para tratar da questão racial. Os corpos são representados como marcas expressivas das relações de poder onde coerção e resistência se constituem mutuamente. Os significados corporais aqui são tratados em cenários que vão desde o trabalho reprodutivo das mulheres, passando pelos aspectos de reapropriação do sentido estético dos corpos negros até a superexploração do trabalho no setor de serviços, sobretudo os serviços de cuidado e informais. A categoria experiência aparece ganhando centralidade nessa abordagem. Discussões sobre os limites e possibilidades de uma abordagem centrada na experiência e nas interações contextuais têm sido tema atual no campo da interseccionalidade (Collins; Bilge, 2020). Embora "experiência" possa ser uma categoria controversa e polissêmica, em muitas reflexões feministas contemporâneas, essa chave tem sido acionada. Em linhas gerais, a primeira preocupação é a de pensar as mulheres a partir das chamadas "margens", ou seja, descentrar a noção hegemônica do feminino e trazer à tona práticas sociais de mulheres, especialmente das mulheres negras, que revelam outros sentidos sobre as relações de gênero, assim como formas diversas de resistência das mulheres à opressão.

O reencontro com o patriarcado, como apontado acima, trouxe também de volta à cena a categoria "mulher", ou melhor, mulheres, para escapar de qualquer tentativa essencializante ou homogeneizante da experiência das mulheres e enfatizar o aspecto plural do feminismo como movimento político. A segunda década

8 Cito Djamila Ribeiro, Carla Akotirene e Giovanna Xavier, para nomear algumas.

dos anos 2000 nos colocou diante de um cenário onde termos que a princípio pareciam obsoletos aparecem renovados na literatura e fortalecidos nos ativismos feministas. Sobre esse ponto, é interessante observar que o retorno da categoria "mulher(es)" é marcado por um conflito sobre as possibilidades de construção de um sujeito político do feminismo. Como bem enfatiza Sonia Correa (2016), a necessidade de derivar da diferença sexual o ponto de partida do feminismo trouxe como efeito a entronização da categoria "mulher", fundamental para os feminismos da segunda onda; mas, que no século XXI esbarram na proliferação de novas identidades político-sexuais, como as mulheres trans, que desestabilizam o próprio terreno da diferença entre os sexos. Os feminismos do século XXI são obrigados a se defrontarem com a ausência da estabilidade da diferença sexual. Nesse sentido, seu desenho ou os campos do feminismo, para citar Sonia Alvarez (2014), são confrontados com a necessidade de criar novos conceitos ao mesmo tempo em que renovam os antigos. Nesse sentido, o curso "Questão de gênero no Brasil" envolve um esforço de fomentar a reflexão sobre a relação entre gênero e patriarcado e entre feminismos e as formas de construção de um sujeito político "mulher", com as implicações que esse último assunto traz para a discussão sobre democracia na contemporaneidade (Mouffe, 2013).

Políticas públicas e a agenda feminista

A disciplina "Questão de gênero no Brasil" também deve introduzir as alunas às políticas públicas de combate à desigualdade de gênero[9] no país. Essas políticas começaram a se desenhar no pós-1988 e possuem uma larga história de avanços e retrocessos. Considerando o ambiente intelectual e político dos anos 1990, é fundamental relacionar o conceito de gênero com a consolidação, no plano internacional, dos direitos das mulheres como direitos humanos e, no plano nacional, com a construção progressiva de uma série de instrumentos legais de garantia dos direitos das mulheres, construção essa que proliferou até recentemente em nosso país. Esse ambiente não está isento de posições divergentes. Enquanto, por um lado, os esforços no sentido de promover ações ligadas ao Estado são entendidos como um passo importante para a disseminação e aceitação do conceito de gênero e vice-versa, por outro lado, críticas começaram a aparecer dentro do próprio campo dos feminismos. Podemos observá-las em duas formas: 1) A noção de que gênero é um termo neutro, isento do potencial disruptivo que a categoria patriarcado evoca, é acompanhada por um desencanto em relação ao desempenho das políticas públicas no combate efetivo às desigualdades de gênero; 2) a ideia de que a sociedade civil perdeu centralidade e que houve cooptação da agenda feminista pela esfera estatal nacional e por instituições transnacionais.

Do ponto de vista das políticas públicas, parece haver uma avaliação por parte de algumas vertentes no interior do campo feminista de que, uma vez diante do Estado, a tendência foi de sintetizar e aglutinar as mulheres em grupos mais ou menos uniformes e com demandas gerais. Ao passo que, fora da disputa estatal,

9 O interesse pelas políticas públicas que incorporem gênero como algo além do feminino é marginal. Em geral, são os problemas das mulheres que ganham mais evidência no debate no campo do serviço social do que aqueles que afetam as masculinidades ou a diversidade de gêneros.

haveria uma miríade de formas e agendas de e para as mulheres. O fluxo entre demandas das mulheres e consecução de políticas públicas deixaria pelo caminho uma série de questões que tocam a desigualdade entre homens e mulheres sem resposta ou invisíveis[10]. Avaliações mais ou menos pessimistas em relação ao recurso ao Estado como interlocutor e provedor das demandas por igualdade entre os gêneros têm sido a tônica de muitas análises recentes a respeito do lugar das políticas públicas de gênero. Essas constatações críticas aparecem no horizonte do final da segunda década dos anos 2000, reforçando o mal-estar com o conceito de gênero. Encontramos essa crítica, por exemplo, em Silvia Federici (2019), outra autora que ganhou expressão entre os feminismos contemporâneos anticapitalistas e que aparece comumente citada nas atuais reflexões acadêmicas sobre o feminismo no campo do serviço social.

10 O que não é um apanágio das políticas públicas de gênero. Qualquer área de política pública é atingida por essa questão. Os canais e fluxos institucionais que transformam demandas da sociedade civil em ações públicas funcionam como filtros seletivos que realçam algumas reivindicações, enquanto obliteram outras.

Para ampliar os horizontes do debate: recuperando a importância da análise de gênero

Uma questão que eu gostaria de enfrentar agora é: Qual é o efeito do retorno do patriarcado sobre as teorias de gênero? Gênero é um conceito neutro, menos polêmico do que patriarcado, como afirmam algumas críticas? Se Saffioti tem razão, não podemos sacrificar um conceito em prol do outro. Então, como reposicionar gênero no cenário atual? Talvez essas perguntas façam pouco sentido para quem está inserido em áreas da vida universitária onde os debates de gênero já estejam mais consolidados ou onde a preocupação com a pertinência teórica do patriarcado seja vista como uma questão ultrapassada. No entanto, no ambiente onde desenvolvi minha carreira, essas são questões essenciais. No mundo do serviço social, patriarcado tornou-se uma categoria nativa fundamental para pensar. Como antropóloga, preciso levar a sério o uso das categorias nativas. Patriarcado adquire toda a relevância para o serviço social porque a natureza fundamentalmente interventiva do campo é muito aberta aos movimentos de pressão da sociedade civil. Patriarcado, como vimos, é simultaneamente uma categoria de mobilização de demandas e um conceito cuja história é longa e permeada por tensões interpretativas.

Uma maneira de começar é voltar a Joan Scott (2012) e à noção de que gênero é uma categoria contingente, ou seja, aberta à disputa, o “lugar perpétuo para a contestação política”. Um dos importantes avanços feitos pelas teorias de gênero foi o de superar a relação entre sexo e gênero como uma relação simples e direta: sexo seria a base fisiológica e natural da diferença, e gênero seria o campo da cultura e das relações sociais. Uma vez superado esse tratamento dicotômico, abriu-se caminho para uma renovação do debate incluindo a discussão sobre o estatuto da diferença sexual, ou seja, faz sentido falar em diferença sexual? O que o tema da diferença sexual revela? O que esconde? Um debate no qual a antropologia tem muito a contribuir, desde as formulações de Gayle Rubin, em “O tráfico de mulheres: notas sobre uma economia política do sexo” [1975], até a influência

no debate antropológico das chamadas abordagens pós-estruturalistas de gênero. Questionar a noção de que a diferença sexual é fixa e estável foi o salto teórico que marcou os estudos sobre gênero a partir do início do século XXI. Da mesma forma que teoricamente superamos a ideia do patriarcado como a-histórico e universal, também superamos a percepção da diferença entre os sexos como a reiteração do binarismo masculino x feminino. Esse questionamento da diferença sexual binária como estável é, inclusive, alvo preferencial das reações conservadoras de fundo político-religioso ao conceito de gênero. Nesse sentido, discordamos da noção de que gênero é categoria neutra e mais palatável do que patriarcado, discussão que tem lugar no serviço social brasileiro. A depender de quais são os atores políticos em disputa, nenhum desses termos é neutro ou menos polêmico.

Valorizando as contribuições da antropologia do parentesco

Adriana Piscitelli (1998) escreveu um artigo muito interessante no qual ela nos provoca, enquanto antropólogos e antropólogas, a pensar na natureza a partir da teoria antropológica e não do recurso aos debates filosóficos que caracterizam algumas contribuições contemporâneas no campo do gênero e do feminismo. É curioso que tenhamos que ser lembrados disso. Muitas vezes, nossa dedicação se volta ao estudo de teorias que, embora férteis, podem nos tirar de um caminho já pavimentado em direção ao esforço de trilhar outro para, no fim, chegarmos ao mesmo lugar[11].

Para Piscitelli, a antropologia ocupou um lugar de destaque no debate feminista entre os anos 1970 e 1980. Posteriormente, as pesquisas antropológicas deixaram de ter impacto na arena política do feminismo[12], porém a antropologia continuou produzindo e inovando as reflexões sobre o tema da relação entre natureza e cultura. Adriana Piscitelli destaca, sobretudo, autores que renovaram a antropologia do parentesco, como David Schneider e Marilyn Strathern. Piscitelli confere especial atenção a Strathern. Gênero e parentesco mantêm entre si uma relação estreita na antropologia desde o artigo pioneiro de Gayle Rubin, citado acima. No entanto, as maneiras como as configurações do parentesco na sociedade ocidental se modificaram trouxeram à baila uma série de novos elementos que desafiaram nossa imaginação sobre os limites entre natureza e cultura, sobre a validade universal desses limites e também sobre o estatuto das relações entre os gêneros. Para ilustrar, lembremos das polêmicas sobre fertilização *in vitro* e barrigas de aluguel, por exemplo. Além disso, “o leque de identidades e instituições aparentemente naturais a serem analisadas abre-se: nacionalidade, etnicidade, religião, sexualidade somam-se a gênero e parentesco” (Piscitelli, 1998, s.p.). Isto é, as disputas sobre origens étnicas e pertencimentos nacionais e religiosos, assim como a legitimidade de identidades sexuais plurais, são pontos sensíveis e que também se renovaram na agenda social contemporânea, conformando novas subjetividades políticas. As tensões entre o que é considerado construído e o que é percebido como herdado tomam caminhos inusitados nas maneiras como os

11 “Alunos/as interessados/as no debate feminista, muitos matriculados em programas de antropologia, leem com avidez e decodificam pacientemente a produção de filósofas, historiadoras da ciência e psicanalistas, cuja retórica está longe de ser simples. Entretanto, quando se trata dos escritos de antropólogas, a dificuldade/rejeição é evidente” (Piscitelli, 1998, s.p.).

12 Isso tem a ver com os questionamentos à validade do patriarcado como categoria explicativa. A antropologia serviu a esse debate, contestando a universalidade do patriarcado. A partir disso, houve uma apartação entre o debate antropológico e a intervenção feminista. A questão sobre a pertinência de uma antropologia feminista é tema de debates contemporâneos.

atores sociais se movem e negociam suas percepções sobre a realidade.

As teorias do parentesco não se restringem às sociedades não ocidentais, como muitas vezes aparece ao senso comum. Os vínculos de descendência e de afinidade, o valor do sangue como elemento imutável dos laços de "família", os lugares cindidos e complementares da maternidade e da paternidade constituem o repertório clássico do parentesco ocidental moderno. Diante das inovações no campo da reprodução, das pesquisas genéticas, emergem outras maneiras de implodir e reconstruir as fronteiras entre o natural e o social, gerando efeitos nas relações sociais e, consequentemente, na própria teoria antropológica. Nessa conjuntura, o lugar do gênero também é afetado, o que traz novamente consequências para a forma como a antropologia pode vir a contribuir nesse cenário contemporâneo das teorizações sobre gênero. Ainda segundo a análise de Piscitelli, gênero não se vincula exclusivamente a parentesco. Como dito acima, uma série de outras esferas serve como ponto de indagação sobre o que conta como natural ou não, universal ou não: sexualidade, etnicidade, nacionalidade. Nesse sentido, as contribuições antropológicas para pensar gênero não precisam estar necessariamente vinculadas à dimensão do parentesco. No entanto, essa pode ser uma porta de entrada interessante e válida para apresentar as contribuições da antropologia às outras áreas do conhecimento, como o serviço social. Digo isso porque é para o âmbito das relações familiares que confluem muitas das ações e investigações em Serviço Social, tornando-se oportuno dialogar com essa área a partir desse eixo que nos é comum.

O espaço da "família" é alvo prioritário de intervenção das políticas públicas no Brasil e campo de reflexão das assistentes sociais há anos. Embora esse foco na "família" seja alvo de críticas, sobretudo quando as políticas de intervenção a idealizam como uma instituição monolítica e moralizadora, esse eixo é historicamente aquele que viabiliza acesso aos direitos de cidadania, não somente no Brasil. O padrão de intervenção centrada na família marca as políticas sociais no mundo contemporâneo nas arenas da assistência social, da saúde e da previdência, para ficarmos somente naqueles âmbitos que são o coração das medidas de proteção social. A discussão sobre parentesco é mais ampla do que aquilo a que nos referimos como modelos de família, mas é impossível falar de família no campo da antropologia sem antes alocá-la na imensa tradição dos estudos de parentesco. Ao valorizar as discussões antropológicas sobre família e parentesco, ganha-se um canal exemplar para fazer chegar o debate de como se opera a cultura (e nele, gênero) a não antropólogos. Um debate que traz uma sólida contribuição para o campo do serviço social e que ultrapassa visões achatadas do que seja cultura (e do que sejam as relações de gênero). Para além, obviamente, de superar visões funcionalistas de "família" (Fonseca, 2005).

A literatura antropológica sobre família no Brasil atravessou distintas fases: desde trabalhos clássicos sobre sociedades camponesas até as mais recentes investigações sobre formas de conjugalidade, de reprodução e de filiação. É possível contar a história da antropologia brasileira recorrendo às investigações sobre família. Na tradição antropológica brasileira, questões como a relação entre classes

sociais e modelos de família; subjetividades e família; trabalho, casa e família; relações geracionais constituem um imenso e diversificado campo de formulação de pesquisas. Em minha opinião, essa tradição permite tratar gênero de uma maneira fértil e dinâmica. Tomemos, por exemplo, o tema das relações geracionais e da família com o qual já trabalhei inúmeras vezes. Qual é a relevância que uma perspectiva geracional tem para entendermos gênero? A posição geracional no ciclo doméstico combina-se com a posição de gênero. As relações de cuidado trocadas entre gerações na família são atravessadas por conflitos e por lógicas de reciprocidade que marcam e são marcadas por atribuições de gênero. O estudo dessas dinâmicas de interação entre gerações, em contextos específicos, é um caminho que nos permite entender gênero como uma categoria em disputa, como se refere Joan Scott, ao mesmo tempo em que também nos permite ter uma visão menos esquemática e monolítica do que denominamos de "família". Nesse sentido, muitas etnografias sobre "família" são material relevante para estudantes de outras áreas das ciências humanas que estejam interessados em pesquisar relações de gênero. Das leituras das etnografias em meio urbano sobre geração e família, como Cynthia Sarti (1996), Myriam Lins de Barros (1987), Tânia Salem (2007), até etnografias sobre tecnologias e modelos de parentalidade, como Claudia Fonseca (2011), e discussões sobre individualismos e formas de individuação, como em Luiz Fernando Dias Duarte e Edlaine Gomes (2008), temos à disposição um vasto material que nos ajuda a refletir sobre as relações de gênero a partir da dimensão do parentesco, escapando de visões binárias e de tratamentos superficiais do tema.

Essa é uma senda que eu tenho tentado seguir como docente. Nem sempre bem-sucedida, mas é uma contribuição que vejo como essencial para validar o lugar do conhecimento antropológico em outras arenas acadêmicas. Na disciplina "Questão de Gênero no Brasil", que é obrigatória, é mais difícil trilhar esse caminho, mas, nas disciplinas eletivas e na pós-graduação, é possível e tem sido frutífero. Creio ser importante que a antropologia tenha um papel mais ativo no diálogo com as demais áreas do conhecimento e que também contribua para fomentar os debates na esfera pública, sobretudo em temas tão caros ao mundo contemporâneo, como é a questão da desigualdade de gênero e dos feminismos. Seria o caso de reconquistar o lugar de interlocutor relevante que a antropologia já ocupou em relação a esses assuntos.

Insistir no gênero

Creio ser importante insistir no uso do conceito de gênero. Primeiro porque é um conceito que nos permite acesso a uma visão dinâmica das relações sociais. Toda a literatura especializada em ciências humanas nos permite ver isso e inclui tanto abordagens sociológicas de viés materialista como as abordagens antropológicas, todas referidas ao longo desta conferência. Em segundo lugar, por razões políticas. A noção de que gênero é ideológico (ideológico no sentido de mistificação) se espraiou pelo senso comum, gerando todo tipo de ataques aos direitos

de cidadania. É uma expressão que se disseminou, baseando-se, sobretudo, na ideia de que a diferença sexual é natural e, portanto, fixa, permanente, eterna e a base sobre a qual derivam comportamentos, hábitos e formas arraigadas de ser homem e de ser mulher. As teorias de gênero, especialmente em seus avanços mais recentes, colocaram esse a priori em questão. Gênero desestabiliza a própria noção de natural, e com ele inaugura-se um novo momento histórico da relação entre homem e natureza; borram-se definitivamente as distinções entre artificial (construído) e natural (adquirido). Um momento que não é forjado pela teoria, mas são as ideias que nos fazem entendê-lo. Entendimento ainda é a melhor maneira de construirmos uma vida mais solidária e uma sociedade mais democrática, valores civilizatórios modernos que precisamos defender a todo custo. Ontem, hoje e sempre.

Para finalizar, gostaria de lembrar que, desde os anos 1990, a igualdade de gênero emergiu como índice civilizatório e marca de democratização. Embora isso tenha sido usado muitas vezes como um elemento de subordinação de modos de vida que não obedecem necessariamente a esse valor da igualdade, nem percebem "gênero" da mesma maneira que o cânone ocidental cristão, com consequências negativas para esses modos de vida, é preciso lembrar que, no contexto atual, a grande ameaça está em outro lugar. A desqualificação do gênero é acompanhada pela desqualificação da democracia como valor. Uma não vive sem a outra. Nesse horizonte, é imprescindível insistir no estudo e no uso do conceito de gênero.

Recebido: 28/09/2020
Aprovado: 08/10/2020